

dos artigos de Mário F. Simões (Fases arqueológicas brasileiras) e de Eduardo Galvão (Áreas culturais indígenas do Brasil) para figurarem como intróitos dos dois conjuntos de objetos. Aleijados, perderam a força que têm em sua inteireza e não cumprem a função de visão panorâmica que se pretendia num livro de divulgação. O artigo de Luiz Miguel Scaff, "A lição de coisas do MPEG", traçando em largas pinceladas a história da instituição, também está fora de lugar numa publicação desse gênero, apesar de seu valor intrínseco. Mais adaptado ao espírito da obra e, quer-me parecer, ao da Coleção Museus Brasileiros, é o trabalho de Lélia Coelho Frota, "A cultura material do índio brasileiro: um objeto de conhecimento" (pp. 23-60). Com recurso a uma bibliografia antropológica bem selecionada, a autora tenta uma síntese difícil a que um antropólogo ainda não se arrisca e que provavelmente não o satisfaça. Não obstante, vindo de pessoa versada em crítica de arte, configura-se numa ótica diferente a espicaçar a curiosidade do estudioso de arte indígena ou de cultura material pelo possível filão a ser explorado.

Mas o grande mérito da publicação reside mesmo nas fotografias. A seleção das peças arqueológicas foi brilhante em sua variedade de formas, procedência e cor. Na secção etnográfica sente-se a dificuldade que a escolha causou, principalmente porque presidida pela louvável preocupação de não incluir apenas o espetaculoso. E o remo, o tipiti, a rede, a aljava, o abano, a peneira não tem o impacto visual da plumária ou da cerâmica. Outro critério, o da raridade, por exemplo, talvez conferisse ao conjunto a homogeneidade que lhe falta. Surpreendo-me num pensamento injusto: só porque eu gostaria de ver as peças mais antigas do Goeldi em fotos coloridas de alta qualidade não posso desdenhar o critério adotado. É exceder os limites da crítica!

Estão de parabéns as equipes da FUNARTE e do Goeldi pela beleza que nos proporcionaram com esse livro.

Thekla Hartmann

*

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO: *Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981 (Biblioteca de Ciências Sociais, Série Antropologia, v. nº 20).

A abundância não é uma condição das modernas sociedades capitalistas, dotadas ao mesmo tempo (por paradoxal que pareça) de uma poderosa engrenagem de produzir mercadorias e de um eficiente mecanismo de criar necessidades insatisfeitas. Diversos trabalhos inspirados pela Antropologia Econômica têm demonstrado que a abundância só foi alcançada pelas primeiras sociedades de caça e coleta, por expressivo número de sociedades primitivas e também por grupos camponeses que mantiveram acentuada autonomia com relação às sociedades envolventes. A frase clássica, que resume com perfeição as condições em que tais sociedades e grupos atingiram igualitari-

mente a satisfação de todas as suas necessidades, encontra-se nas FORMAS QUE PRECEDEM A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, e pode ser assim enunciada: “entre os antigos, o objetivo da produção era o homem; no mundo moderno, o objetivo do homem é a produção, e o da produção a riqueza”. Portanto, o caminho que leva à afluência e à saciedade é aquele da limitação das necessidades, através do qual se chega também às reduzidas jornadas de trabalho. Assim, nestes grupos humanos o supérfluo é o trabalho estafante, diário, alienado.

PLANTAR, COLHER, COMER oferece ao leitor inúmeras oportunidades de comprovar as afirmações acima expostas. Estudando o lavrador residente nos núcleos urbanizados de um município goiano, Carlos Rodrigues Brandão esclarece como a dissolução das relações tradicionais que vinculavam o agregado à terra e a seus proprietários provoca a passagem de um tempo de fartura a uma época de privação.

Concentrando suas análises na produção, na circulação e no consumo de alimentos, Brandão investiga inicialmente o período em que o lavrador residiu na fazenda e produziu diretamente os seus meios de vida. Nesta fase, estando ainda a região praticamente afastada das forças do mercado, o lavrador produzia todos os alimentos consumidos por sua unidade doméstica. Vivendo em “economia de subsistência”, os produtores de Mossâmedes mantinham trocas equilibradas com a natureza, desfrutavam da existência de terras férteis e abundantes e pautavam sua vida sócio-econômica por padrões acentuadamente igualitários.

Com o surgimento de um mercado cada vez mais lucrativo, têm início as pressões para expulsar os moradores das fazendas, pressões que se fazem acompanhar pela divisão das terras, pelo desgaste imposto à natureza, pelas alterações introduzidas nas relações de trabalho. Transferindo-se para áreas urbanas, o lavrador passa a comprar quase todo o alimento de que necessita, e inicia também um processo de revisão das representações que tradicionalmente elaborava sobre a natureza, a respeito do padrão, da vida e dos alimentos. É o tempo da ambição, da privação, do trabalho difícil.

Assim, generaliza-se entre a população pesquisada a convicção de que os alimentos estão se tornando cada vez mais “fracos”, bem como a certeza de que o aumento das áreas de plantio e de criação (obtidas através dos desmatamentos e da adoção da fertilização artificial das terras) introduz alterações ecológicas desfavoráveis, restringindo o acesso dos lavradores aos produtos anteriormente conseguidos através da caça, da pesca e da coleta.

Pesquisador sensível, Brandão encontra no discurso dos informantes as pistas que sempre devem ser seguidas no trabalho-de-campo. E por estas pistas tem acesso às categorias empregadas pelos lavradores no trabalho coletivo de representação do mundo, das coisas, da vida, do tempo, dos alimentos. E mais uma vez chegamos ao término da leitura convencidos, tanto pelo discurso erudito, como pelo discurso singelo do lavrador, de que a ambição desmedida terminou por romper os precários equi-

librios que um grupo logrou estabelecer em suas relações com o duplo ambiente a que os homens estão destinados: o espaço da natureza e o espaço da sociedade.

Renato da Silva Queiroz

*

JEAN-PAUL DUMONT: *Under the rainbow* Austin, University of Texas Press, 1976.
178 p.

O livro de Dumont pode muito bem ser incluído entre as poucas obras estruturalistas, que consegue, senão total pelo menos satisfatoriamente, apresentar como uma cultura se pensa a si mesma.

O propósito do autor não é desenvolver reflexões sobre o pensamento selvagem mas, modestamente, entender como se apresenta no contexto da cultura Panare, na Venezuela. O autor assume, como Godelier, que “pensamento selvagem é tanto pensamento em estado selvagem quanto pensamento dos selvagens”.

Tendo como objetivo inicial preencher lacuna da literatura antropológica e relatar de que maneira os Panare pensam a si mesmos, Dumont incursiona pela filosofia Panare como manifestação de sua cultura, interessando-se pela filosofia comum de um “nós” coletivo, no exercício da *pensée sauvage*.

Rejeitando as apressadas conclusões baseadas nos temas mitológicos, o autor apresenta processo inverso. Embora sempre referindo-se, quando necessário, aos dados mitológicos e rituais, a ênfase principal é colocada sobre os diferentes aspectos do comportamento diário que por si próprios podem não aparecer, de imediato, como privilegiadas manipulações conceituais (por exemplo, pode-se ver que a alimentação Panare é particularmente boa, não só para comer, mas também boa para pensar). Assim, deslocando a ênfase para uma mitologia “implícita”, mais vivida do que falada cotidianamente, torna-se possível explicar um número de fatos não elucidados pela pesquisa de campo do antropólogo. Estes símbolos, quase nunca percebidos imediatamente pelo observador, não são dados *de per se*, como nos mitos, mas estão sempre conglomerados com outros fatos; a sua racionalidade está para ser encontrada em outras esferas: na ecologia, no nível de desenvolvimento econômico, na infra-estrutura da sociedade em consideração.

De início, a apresentação do grupo é feita em dois capítulos: os capítulos II e III tratam, respectivamente, do quadro geográfico e do quadro histórico, delineando a situação contextual dentro da qual a cultura Panare é desenvolvida. Já no capítulo II se esboça uma primeira análise da conceituação Panare sobre a posição de seus estabelecimentos. Tanto no que diz respeito às correlações entre a savana e a floresta e entre o natural e o sobrenatural, quanto às oposições e correlações entre as estações da seca e da chuva, ao aparecimento da Láctea na seca (verão),